

Repensando a história das relações Estados Unidos-América Latina: de dominação política a circulação cultural?

Rethinking the History of US-Latin America Relations: From Political Domination to Cultural Circulation?

Barbara Weinstein

Resumo

*Este artigo discute o impacto de obras recentes que enfatizam os contatos culturais na História das relações entre os Estados Unidos e América Latina. Os estudos clássicos das relações Estados Unidos-América Latina, como por exemplo, o livro de Lars Schoultz, *Beneath the United States*, tendiam a ser muito críticos das políticas imperialistas e racistas dos EUA na América Latina e expressavam esta crítica através de uma interpretação que enfatizava uma dominação imperialista monolítica, nas esferas políticas e econômicas e que destituía os latino-americanos de qualquer protagonismo ou papel significativo nestas relações. O resultado, este artigo insiste, é uma tendência que reforça certos binômios (moderno/tradicional, ativo/passivo) e que, ironicamente, reproduz as hierarquias discursivas que tem servido como fundamento das políticas norte-americanas na América Latina. Ao contrário, a nova historiografia com sua ênfase no intercâmbio cultural, na circulação de conhecimento, no hibridismo e nas zonas de contato, além dos encontros oficiais e da intervenção militar, está iniciando uma desestabilização destas hierarquias e está repensando a questão do protagonismo nas relações interamericanas. Se por um lado, este artigo em geral concorda com esta nova tendência na área, por outro lado argumenta que essa nova historiografia ao privilegiar os encontros culturais em detrimento da dominação política, pode obscurecer as desigualdades de poder e de recursos materiais que caracterizam a história das relações entre os Estados Unidos e a América Latina.*

Palavras-Chave: imperialismo, cultura, circulação.

Resumo

*This essay explores the way in which recent works on the history of relations between the United States and Latin America that emphasize cultural contacts are revising this area of research. The classic studies of US-Latin American relations—with Lars Schoultz's *Beneath the United States* being an excellent example—have been very critical of the imperialist and racist policies of the US in Latin America, but have tended to express this critique by emphasizing a monolithic imperialist domination in the political and*

Barbara Weinstein é professora no Departamento de História na Universidade de Maryland – College Park.

Endereço para correspondência: Profa. Barbara Weinstein, Dept of History, University of Maryland, 2115 Francis Scott Key Hall, College Park, MD 20742-7315 – USA. E-mail: Bswain99@aol.com

Textura	Canoas	n. 8	abril/out. 2003	p. 11-20
---------	--------	------	-----------------	----------

economic spheres, and depriving Latin Americans of any significant role or agency in these relations. The result, this essay argues, has been to reinforce certain binaries (modern/traditional, active/passive) that, ironically, reproduce the discursive hierarchies that serve as the basis for US policies in Latin America. In contrast, the more recent historiography, by emphasizing cultural exchange, circulation of knowledge, hybridity, and contact zones beyond official encounters and military interventions have started to destabilize these hierarchies and to rethink the issue of agency in inter-American relations. While this essay generally endorses this new trend in the field, it does point out the possibility that emphasizing cultural encounters, rather than political domination, could obscure the inequalities of power and material resources that characterize the history of relations between the United States and Latin America.

Key words: Imperialism, culture, circulation

A historiografia produzida nos Estados Unidos desde os anos sessenta sobre as relações América Latina-Estados Unidos costuma ser bastante crítica da política exterior de Washington nas Américas. Quer influenciada por teorias de imperialismo/neocolonialismo, quer pela teoria da dependência, os trabalhos de historiadores e cientistas políticos sobre a questão da política ou política econômica dos Estados Unidos geralmente assumem uma postura “progressista” e simpatizante com os países que são os objetos (talvez, vítimas) da “diplomacia” norte-americana. A aparente proposta dos autores desta ampla corrente historiográfica é desvendar as contradições e as más consequências da política externa dos Estados Unidos.¹

Apesar da tendência progressista, no sentido político, desta literatura, ela tendia a ser bastante convencional em termos teóricos e metodológicos. Esses estudos continuavam (e muitos continuam) atrelados a uma gama limitada de abordagens, especialmente se comparados com as tendências inovadoras em outras áreas da disciplina. Havia a noção dos Estados Unidos como o braço político e militar do capitalismo internacional, uma perspectiva que se encaixava muito bem com as abordagens teóricas de Wallerstein, ou dos dependentistas. Estas

óticas serviam muito bem o fim de avançar numa crítica moral da política externa porque “comprovava” a hipocrisia da política norte-americana que pleiteava a causa da ordem e da democracia, enquanto “no fundo” Washington estava fazendo tudo em função dos interesses econômicos do grande capital.² Claro que rapidamente apareceram uma série de estudos mostrando que tudo não podia ser reduzido aos interesses econômicos e indicando outros motivos para as inúmeras intervenções norte-americanas, por exemplo, a segurança nacional, ou o impulso para aumentar a força militar.³ Isto produziu um debate pouco edificante entre os que privilegiaram os fins econômicos e os que enfatizaram a questão de segurança (geralmente tratada como menos questionável no sentido moral).

Mais recentemente houve algumas modificações nestas abordagens que refletem novas tendências nas disciplinas de Relações Internacionais e História. Entre outras inovações, houve uma maior atenção às relações entre a política doméstica e a política exterior; em vez de conceituar o mundo das relações externas como uma esfera à parte.⁴ Ainda mais importante, os historiadores desta área começaram a considerar a linguagem mais seriamente. Em vez de considerar o discurso do governo norte-americano como uma mera fachada para disfarçar os “verdadeiros” interesses econômicos ou de segurança, uma nova geração de historiadores iniciou a análise do discurso oficial para entender (e explicar melhor) o olhar dos Esta-

¹O número de livros publicados sobre este assunto durante os últimos 30 anos é realmente grande demais para resumir numa única nota de rodapé (especialmente se incluímos os livros mais especializados, como eles sobre a intervenção na América Central, com os que pretendem retratar toda a história das relações interamericanas). Vou citar apenas quatro livros mais abrangentes de maior circulação nos meios acadêmicos norte-americanos: Cole Blasier, *The Hovering Giant: US Responses to Revolutionary Change in Latin America* (Pittsburgh: U. of Pittsburgh Press, 1976); Walter LaFeber, *Inevitable Revolutions: the United States in Central America* (New York: W.W. Norton, 1983); Robert A. Pastor, *Whirlpool: US Policy toward Latin America and the Caribbean* (Princeton: Princeton U. Press, 1992); Peter H. Smith, *Talons of the Eagle: Dynamics of US-Latin American Relations* (New York: Oxford U. Press, 1996); Lars Schoultz, *Beneath the United States: A History of US Policy toward Latin America* (Cambridge: Harvard U. Press, 1998). Os próprios títulos destes livros falam volumes das suposições informando os textos.

²A figura mais importante do grupo propondo fins econômicos como o motivo principal para intervenção é Walter LaFeber. Veja, por exemplo, *The New Empire: An Interpretation of American Expansion, 1860-1898* (Ithaca: Cornell U. Press, 1963).

³Veja David Healy, *US Expansionism: The Imperialist Urge in the 1890s* (Madison: U. of Wisconsin Press, 1970).

⁴Por exemplo, Michael H. Hunt, *Ideology and US Foreign Policy* (New Haven: Yale U. Press, 1987).



dos Unidos para com os latino-americanos, “descobrimos” uma forte corrente de racismo e etnocentrismo, partindo da “Lenda Negra” da época pós-colonial, que alimentava a política intervencionista dos Estados Unidos, mesmo quando essa intervenção aparentemente não avançava nenhum interesse econômico nem reforçava a segurança nacional (aliás, às vezes, fazia o contrário). Um cientista político até tentou aplicar (com modificações) o conceito de “orientalismo” de Edward Said para interrogar a natureza das relações hemisféricas,⁵ e muitos historiadores começaram a considerar outras formas de “intervenção” e influência, fora das formas militares e econômicas, inclusive pelos meios religiosos, culturais e profissionais.⁶

Houve, também, uma maior atenção ao papel dos governos latino-americanos e das elites latino-americanas em vários episódios de intervenção norte-americana para não investir todo o protagonismo histórico no “vizinho ao norte”. Rejeitando o pressuposto dos Estados Unidos como o “todo-poderoso”, estudiosos das relações inter-americanas deixaram de tratar os países da América Latina como marionetes facilmente manipuladas pelo gigante do norte, investigando os muitos casos de colaboração entre governos latino-americanos e norte-americanos, ou insistindo no papel secundário ou não decisivo dos Estados Unidos em várias ocasiões. Desta forma, começou a ser quase obrigatório, nos textos sobre este tema, incluir pelo menos uma rápida consideração dos “contradiscursos” gerados por políticos e intelectuais latino-americanos sobre os Estados Unidos—isto é, o “olhar” dos latino-americanos sobre os norte-americanos.⁷

Enfim, chegando na década de 90, houve uma série de renovações e inovações na área de relações interamericanas, mas mesmo com estas modificações, a área continuava atrelada aos métodos e referências (pouco) teóricas da tradi-

cional história política/narrativa. Ainda mais, os aspectos controvertidos (no sentido estritamente político) de certos argumentos criaram uma barreira ao processo de repensar a relação Estados Unidos-América Latina. Assim, os historiadores tentaram não trabalhar com um modelo determinista da hegemonia norte-americana, o que resultou no seguinte tipo de questão: Até que ponto os Estados Unidos foi o maior responsável pelo golpe militar contra Allende? (contra Goulart? contra Isabel Perón?) O evento foi mais o resultado de forças internas ou externas? Esse é o tipo de pergunta que talvez seja politicamente essencial enfrentar num certo momento histórico, mas do ponto de vista da conversa histórica, é um beco sem saída com poucos desdobramentos. Como saber se os norte-americanos tiveram 60 por cento da responsabilidade, e os militares chilenos 40? (ou o inverso). E como evitar as perguntas de natureza “contrafática” tipo “se os Estados Unidos não interferisse na situação no Chile, o governo de Allende sobreviveria?” São “debates” que não tem resolução e, ainda mais, não são capazes de avançar nossa compreensão dos processos históricos.⁸

Ainda mais grave, apesar das várias influências renovadoras na área, continua uma forte corrente que, na sua ansiedade para denunciar o imperialismo norte-americano da maneira mais vigorosa, e de desvendar o racismo, etnocentrismo, hipocrisia, e miopia dos Yanquis, acaba assumindo uma posição que já devia ter sido plenamente superada—acaba dando toda a força ativa, todo o protagonismo histórico, toda a iniciativa aos norte-americanos, enquanto a América Latina faz o papel do recipiente passivo da política norte-americana, ou da “vítima”. Isto reflete um certo cálculo político: quanto mais os Estados Unidos está unicamente responsabilizado pelos problemas políticos da América Latina, mais forte será a crítica. Um excelente exemplo desta tendência persistente é o livro bastante badalado de Lars Schoultz, *Beneath the United States: A History of US Policy*

⁵Eldon Kenworthy, *America/Américas: Myth in the Making of US Policy toward Latin America* (University Park: Penn State U. Press, 1995). Kenworthy tentava usar o conceito de Orientalismo pelo avesso, sugerindo que os Estados Unidos, no século XX, enfatizava a semelhança entre ele e os países da América Latina pra impor sua visão hemisférica.

⁶Para um excelente resumo desta nova historiografia, veja a introdução de Gilbert Joseph ao livro *Close Encounters of Empire*, ed. Joseph, Ricardo Salvatore e Catherine Le Grand (Durham: Duke U. Press, 1998).

⁷Smith, *Talons of the Eagle*, especialmente 87-113; veja também Keith Haynes, “Capitalism and the Periodization of International Relations,” *Radical History Review* 57 (Fall 1993), 21-32.

⁸A queda de Jacobo Arbenz em 1954 na Guatemala era considerada um caso inegável onde os Estados Unidos estava quase inteiramente responsável pelo fim da democracia guatemalteca, mas ultimamente um livro muito interessante de Piero Gleijeses tem insistido que factores internos eram mais importantes do que os historiadores anteriormente imaginavam. *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954* (Princeton: Princeton U. Press, 1991).



toward Latin America. Devo dizer de início: este livro é sério e densamente pesquisado, e apesar das críticas que seguem, quero afirmar o valor intelectual deste texto para estudiosos das relações interamericanas (tanto no sentido político/diplomático quanto no sentido econômico/empresarial). O livro de Schoultz está longe de ser um dos mais fracos da área. Mas justamente por causa do prestígio do autor, uma figura importante na área dos estudos latino-americanos, o livro merece uma atenção mais intensa. Mais ainda, *Beneath the United States* tem certos defeitos que caracterizam a historiografia das relações EUA-América Latina em geral.

A maior preocupação do livro de Schoultz é delinear o processo pelo qual poderosas figuras políticas norte-americanas formaram uma imagem inteiramente negativa dos países e da cultura latino-americana, baseando sua interpretação da política inter-americana dos Estados Unidos nessa série de estereótipos pejorativos. Então, o livro está repleto de citações do seguinte tipo:

De um “agente especial” dos Estados Unidos em 1845—

“Testemunhei pouco mais que ignorância, preguiça, barbárie, desonestidade, e miséria na grande parte da massa do povo, e egoísmo, astúcia baixa, ambição sórdida, avareza, e vingança sangrenta na parte daqueles que lideram ou incentivam a multidão inconsciente e besta”.(p. 59)

De um ex-embaixador norte-americano a Venezuela em 1898—

“Os que tem controle precisam aprender uma coisa que eu aprendi [...] e isso é que não se pode confiar na palavra de um homem da raça latina se ele pode ganhar algo com uma mentira. Isto pode ser declarado como uma regra”.(p. 182)

E de um enviado especial ao México em 1913—

“Pelo menos na política, os mexicanos não tem critérios[...]Eles são mais parecidos com crianças do que com homens. Os únicos motivos na sua ação política que posso observar são avidez e vaidade.” (p. 243)

E estas são longe de ser as citações mais pejorativas.

Obviamente, esta matéria serve um fim sério e importante: ela demonstra o profundo e forte racismo e etnocentrismo dos representantes do vizinho ao norte; concordo com Schoultz que sempre vale a pena desvendar este tipo de discurso e a sua persistência. Mas, ao mesmo tempo, esta abordagem, ou “framework”, para o estudo representa uma série de problemas e deficiências tanto no sentido pedagógico como historiográfico.

Primeiro, apesar da aparente atenção dada à linguagem no livro do Schoultz, não há nada nesta obra que indique que o autor se interessa pela análise de discurso. Todas as citações são apresentadas como uma reflexão de um racismo generalizado entre as elites norte-americanas, sem preocupação com modificações e variações de uma época para outra. E o autor não esclarece como está considerando a relação entre linguagem e prática. São o racismo e o etnocentrismo expressados contra os latino-americanos uma mera distorção de uma propensão ideológica mais democrática e igualitária? Ou será que fazem parte de um sistema ideológico que exclui uma boa parte da população hemisférica do desfrute de certos direitos políticos e econômicos? É uma postura que contradiz os fundamentos ideológicos articulados pelo governo norte-americano, ou é um elemento integral deles?

Passando à questão pedagógica (e devo notar que o livro foi escrito não apenas para especialistas na área, mas também para leitura em cursos de graduação), a constante repetição (com pequenas variações) dos pareceres dos norte-americanos vis-à-vis os países latino-americanos acaba tendo, creio, um impacto absolutamente oposto ao que foi a intenção do autor. O aluno, lendo página após página caracterizações superpejorativas dos latino-americanos, mesmo entendendo que a “realidade” é uma construção discursiva, começam a se perguntar por quê estas atitudes são tão persistentes. Não existe um grão de verdade em tudo isso? Não será que os políticos latino-americanos eram mesmos irresponsáveis, corruptos, arbitrários, e os países da América Latina desordeiros, instáveis, pobres, miseráveis enquan-



to os Estados Unidos rapidamente assumia uma posição de superioridade econômica no sistema global?

Schoultz, por sinal, não se sente obrigado a contestar as opiniões citadas no livro. Justamente por que ele julga as atitudes expressadas racistas, ele evidentemente acha que o leitor vai reagir da seguinte forma: estas declarações são nitidamente racistas e etnocentristas, e por isso, elas não merecem nenhuma análise racional ou histórica, mas servem apenas para desmascarar os pressupostos nefastos que formam o pano de fundo da política inter-americana do Washington. Até certo ponto, concordo com esta atitude de não submeter o discurso racista a uma análise em termos “racionais”. Contestar este tipo de discurso racista pode acabar “valorizando” o seu conteúdo ou, pior, aceitando as suas condições de debate. O exemplo mais famoso e, do meu ponto de vista, o exemplo mais triste disso é uma carta de José Martí, escrita em 1889, para questionar a imagem dos cubanos construída por um empresário de Boston que posicionava-se contra a anexação de Cuba mas somente porque ele considerava os cubanos um povo inferior e sem valor, e assim incapaz de fazerem parte dos Estados Unidos.⁹ Este empresário insistiu que havia pouquíssimos brancos em Cuba, e que os que estavam lá eram dos piores (e nem preciso dizer o que ele pensava dos cubanos não brancos). Declarou que quase ninguém na ilha sabia falar inglês (um defeito terrível, claro), e na ilha toda, não se encontravam médicos, engenheiros ou advogados. Enfim, os cubanos eram um povo inculto e meio-bárbaro. A resposta de Martí foi previsível, mas lamentável porque demonstra a força hegemônica da ideologia racista. Em vez de ridiculizar toda a lógica da carta, ou de mudar as regras do jogo (por exemplo, tratando a atitude racista do empresário como imoral ou atrasada), Martí simplesmente insistiu que as alegações do norte-americano eram sem fundamento, que havia pessoas em Cuba que falavam inglês, pessoas de profissões liberais e de bom caráter, etc., etc. Mas fazendo isto,

Martí aceitou como válidos os indicadores que o empresário utilizou para determinar se um povo era digno ou não de tornar-se uma nação (ou parte de uma nação) moderna e democrática. Usando estas medidas como o “barômetro” de modernidade, o contraste entre os Estados Unidos e Cuba será sempre dramático e desfavorável a Cuba.

Enfim, longe de criticar Schoultz por não ter disputado cada “opinião” sobre os latinos e sobre América Latina incluída no livro, creio que esse tipo de crítica não resolve o problema acima citado. Mas ao contrário, o problema persiste: a acumulação de expressões de desprezo vai inspirando uma reação que é exatamente a inversa do que o autor pretendia. E esta reação pode ser lamentável, mas não chega a ser incompreensível, especialmente quando levamos em consideração a metodologia do livro. No curso do texto, os norte-americanos, apesar de serem o aparente alvo das críticas do Schoultz, são os únicos atores nesta história. Schoultz investe todo o protagonismo histórico nos representantes dos Estados Unidos; os latino-americanos são os objetos e jamais os sujeitos da história. O livro apresenta o “conhecimento” (knowledge)—de fato sobre a América Latina como algo produzido inteiramente pelos norte-americanos; é este conhecimento que estrutura a política interamericana dos Estados Unidos, e é essa política que determina a história dos países latino-americanos que são os objetos dela. As fontes primárias são quase exclusivamente de arquivos norte-americanos (aliás, apesar do Schoultz ser uma figura muito conhecida na área de Latin American Studies nos Estados Unidos, quase não precisou do espanhol nem do português para pesquisar este livro), e mesmo as poucas referências secundárias são, em sua grande maioria, de autoria norte-americana. Mas isto, em si mesmo, não seria fatal se Schoultz estivesse disposto a ler a documentação de maneira a desvendar os muitos pontos de tensão, ambivalência e ambigüidade, ou interrogar os “silêncios” da documentação (por exemplo, as frequentes referências aos latino-americanos como “escravos” numa época quando a causa de emancipação era mais avançada na América Latina em geral do que nos Estados Unidos). Em contraste com estudos mais recentes

⁹Tanto a carta que provocou a resposta de Martí, e a própria resposta, podem ser encontradas em José Martí, *Our America: Writings on Latin America and the Struggle for Independence* (New York: Monthly Review Press, 1977).



que, pelo menos, levam em consideração o peso da política latino-americana,¹⁰ Schoultz não reconhece esse aspecto da história que ele está narrando (ou se o faz é só através do olhar dos Yanquis). No fundo, acho que esta falha não é porque o autor dá pouca importância ao lado latino-americano, nem porque ele consultou somente fontes norte-americanas, mas devido a falta de um profundo questionamento sobre os conceitos fundamentais da história das relações inter-americanas. Enquanto os especialistas nesta área continuarem pensando em termos binômicos, em termos dicotomizados, eles poderão modificar suas abordagens principais (como, por exemplo, dando mais atenção ao lado latino-americano ou dedicando um capítulo ao contra-discurso de intelectuais latino-americanos em relação ao desprezo norte-americano), mas estarão ainda reproduzindo análises dicotômicas que dificultam qualquer interpretação mais inovadora.

O primeiro binômio problemático (e o mais fundamental) é o “dominador (EUA X dominado (América Latina)”. Apesar da grande disparidade entre o poder econômico e militar dos Estados Unidos e dos países de América Latina, essa abordagem historiográfica é reducionista demais. Este binômio implica posições fixas e circunstâncias uniformes para os países latino-americanos e, ainda mais, uma homogeneização da população latino-americana como se todos os latinos se relacionassem com a hegemonia norte-americana da mesma forma.

Intimamente relacionada está a questão relativa ao segundo binômio problemático: “EUA/América Latina”. Embora pareça mais senso comum do que a análise do dominador/dominado, essa dicotomia está baseada numa série de pressupostos que acabam também dificultando interpretações inovadoras. O primeiro, e o menos controvertido, é o problema de tratar a América Latina como um todo, como se o Brasil se relacionasse com os Estados Unidos da mesma forma que Honduras ou Paraguai. Mas não é só isso. Enquanto a América Latina fica constituída como uma região (ou uma gama de nações ocupando a mesma po-

sição na constelação do poder), os Estados Unidos aparecem como uma nação cujo governo é seu legítimo representante, e cujas fronteiras/limites são claras e definitivas (mesmo permanentemente ampliadas no século XIX). Esse binômio supõe que são as “nações” (num sentido abertamente reificado) que se relacionam, como se elas não fossem coisas, mas atores. De fato, “nação” acaba significando “governo”. Sobretudo, esta posição incentiva uma abordagem que privilegia os pontos de contatos “oficiais” entre os norte-americanos e os latino-americanos e acaba definindo relações interamericanas como um ramal da história política, com a ênfase nos acontecimentos concretos políticos, e especialmente as “intervenções”. (Até as obras que tratam das relações econômicas acabam enfatizando a intervenção política para avançar os interesses econômicos).¹¹ Mas esta forte tradição da “história de eventos” tende a reduzir uma longa, intensa e extremamente complicada história de interações e de intercâmbios políticos, econômicos, financeiros, sociais e culturais. Os pontos de contato têm sido realmente inúmeros, e as influências (pensadas como uma rua de duas mãos, ou melhor, como um circuito) escapam a qualquer tentativa de definir a história interamericana exclusivamente pelos contatos políticos formais e episódicos.

Ainda mais, conceituando-se a interação em termos de dois lados discretos (em vez de, por exemplo, uma vasta e instável rede de intercâmbios, relações e, às vezes, imposições) reforça uma hierarquia de superioridade e inferioridade que perdura mesmo com toda a crítica política—isto é, os Estados Unidos como o país “bem sucedido” (rico, democrático, estável), enquanto a América Latina é constituída de países “problemáticos”. Talvez eu esteja indo longe demais, mas acho interessante pensar, por exemplo, até que ponto as fronteiras nacionais (formadas por processos históricos e muitas vezes imprevisíveis) permitem que os Estados Unidos assumam esta identidade do “país que deu certo,” dissociando-se do resto do hemisfério (e de qualquer responsabilidade pelo estado político/econômico dele), enquanto o sul do Brasil, por exemplo, não pode fazer a mesma operação discursiva porque compartilha as

¹⁰ Por exemplo, Eric Paul Roorda, *The Dictator Next Door: The Good Neighbor Policy and the Trujillo Regime in the Dominican Republic, 1930-1945* (Durham: Duke U. Press, 1998), and Leslie Bethell and Ian Roxborough, eds., *Latin American between the Second World War and the Cold War, 1944-1948* (Cambridge: Cambridge U. Press, 1993).

¹¹ Theodore H. Moran, *Multinational Corporations and the Politics of Dependence: Copper in Chile* (Princeton: Princeton U. Press, 1974).



fronteiras do país com regiões de evidente pobreza, como o Nordeste. Não estou querendo dizer que o hemisfério deve ser uma nação só; mas quero destacar “o trabalho ideológico” das chamadas fronteiras nacionais.

Voltando a um nível um pouco mais concreto, o outro problema, especialmente no contexto atual, com o binômio América Latina/Estados Unidos é a questão de onde começa uma e termina a outra. Seria mesmo possível nas últimas décadas conceituar os dois “espaços” em termos de uma nítida divisão, especialmente dado as fortes correntes migratórias latino-americanas ao “espaço” norte-americano? Além da questão da “borderlands” (a fronteira com México, ou o sul da Flórida) que já viraram um espaço culturalmente transnacional, a relação entre “El Norte” e “El Sur” está tornando-se, em termos demográficos e culturais, cada vez mais ambígua.

Uma ironia desta situação é que ela torna absolutamente transparente as complexidades e ambigüidades das relações hemisféricas, e a enorme circulação de influências mútuas, enquanto historiadores e cientistas políticos, entre eles Schoultz, continuam tratando da política interamericana dos Estados Unidos como uma consequência das atitudes pessoais de um grupo restrito de homens que ocupam cargos oficiais de poder político, ou como uma manifestação do poder hegemônico de Washington e mais nada. Porém a desconjuntura entre a crescente fluidez das relações culturais e sociais, de um lado, e a permanente rigidez desta abordagem intelectual, de outro lado, está criando um terreno fértil para um profundo questionamento dessa historiografia.

Como é de se esperar, os estudos mais inovadores na área ganham sua inspiração da nova história cultural, dos estudos do gênero e da sexualidade, e dos novos conceitos do transnacional e da globalização. Os novos estudos abrangem uma ampla gama de temas, como a contracultura na cidade de México (*Refried Elvis*), campanhas contra prostituição em Porto Rico (*Imposing Decency*), e o turismo e consumerismo pré-revolucionário em Cuba (*Pleasure Island*).¹² Mas certos pressupostos comuns formam e informam

a base desta nova literatura. Um, obviamente, é a necessidade de mudar o nosso enfoque e a nossa atenção da esfera estreitamente política/diplomática/econômica para a esfera cultural, privilegiando as influências e os intercâmbios cotidianos ao invés dos momentos espetaculares de intervenção e conflito. Porém, a idéia não é a de substituir a esfera cultural pela esfera política; pelo contrário, o argumento é mais a impossibilidade de entender os desenvolvimentos políticos sem uma consideração mais cuidadosa dos intercâmbios culturais, e o papel da cultura nos projetos interamericanos (tanto os promovidos pelos Yanquis como os promovidos pelos latino-americanos, e os que não tem um ponto de origem que podemos identificar com certeza).

O segundo pressuposto intimamente ligado ao primeiro, é que os pesquisadores devem buscar as “zonas de contato” —isto é, os pontos não necessariamente físicos nem geográficos onde os “encontros” internacionais mais intensos costumam acontecer (uma noção derivada do trabalho muito importante de Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes*).¹³ Esta zona *pode* ser um lugar físico, como um enclave da United Fruit em Colômbia, mas também inclui “comunidades” de discurso e conhecimento, e o reino do consumerismo. Novamente, a ênfase reside nos contatos e encontros prolongados e cotidianos, e não nos momentos discretos de impacto político.

Um terceiro e também evidente pressuposto é que as relações interamericanas não podem ser pensadas como uma rua de mão única. E não será uma simples questão de incluir “o lado latino-americano” ou a “resposta” latino-americana, porque isto já implica que existem “dois lados” claros e distintos. Ainda mais, estes historiadores, embora bastante preocupados com o peso do “conhecimento” na questão do poder, geralmente rejeitam o modelo de difusão/disseminação que identifica um ponto de origem de uma idéia (política, científica, tecnológica, econômica) e indica um processo de irradiação deste ponto de origem, de onde ela começa penetrar novas zonas por vários meios.¹⁴ Ao invés disso, que corresponde as no-

¹² Eric Zolov, *Refried Elvis: The Rise of the Mexican Counterculture* (Berkeley: U. of Calif. Press, 1999); Eileen Suárez Findlay, *Imposing Decency: The Politics of Sexuality and Race in Puerto Rico, 1870-1920* (Durham: Duke U. Press, 2000) and Rosalie Schwartz, *Pleasure Island: Tourism and Temptation in Cuba* (Lincoln: U. of Nebraska Press, 1997).

¹³ Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation* (New York: Routledge, 1992). Há uma edição brasileira deste livro.

¹⁴ O uso deste modelo de difusão limita a contribuição do excelente livro de Thomas F. O'Brien, *The Revolutionary Mission: American Enterprise in Latin America, 1900-1945* (Cambridge: Cambridge U. Press, 1996).



ções mais primitivas do “imperialismo cultural”, eles preferem o conceito ou a imagem de “circulação cultural” e destacam a constante reformulação de idéias, de propostas e de práticas culturais de um contexto para outro. Então, o exato ponto de origem de um certo conceito ou prática (às vezes irrecuperável) é menos importante do que os contextos da sua circulação, implementação e apropriação.¹⁵ Assim, por exemplo, a “modernidade” deixa de ser a propriedade exclusiva, com marca registrada, dos Estados Unidos, ou algo “encomendado” ou “imposto” à América Latina. Pelo contrário, certas figuras e grupos em toda parte do Novo Mundo contribuíram aos discursos da modernidade (embora nem todos tivessem a mesma capacidade para materializar o mundo moderno) e esta noção procura extinguir a antiga e mais persistente dicotomia “El Norte Moderno/El Sur Tradicional”.

O último pressuposto, de certa forma correlato ao anterior, é o seguinte: claro que a história da América Latina pós-colonial é pouco compreensível sem considerar o papel dos Estados Unidos—o impacto da política, da economia, da cultura norte-americana no desenvolvimento histórico da região. Da mesma maneira, insistem os autores desta nova tendência, a história dos Estados Unidos seria impossível de ser compreendida sem considerar-se as inúmeras e fortes influências latino-americanas. Enquanto os muitos livros escritos por “Latin Americanists” conseguiram estabelecer, sem sombra de dúvida, que a América do Norte estava permanentemente influenciando na História da América Latina, eles tinham muito menos sucesso demonstrando o inverso. E este insucesso não é inesperado—afinal, uma literatura que atribui todo (ou quase todo) o protagonismo histórico aos atores norte-americanos e aceita, como “realidade”, as hierarquias fixas construídas nos discursos de superioridade norte-americana, não vai despertar uma noção da “indispensabilidade” da História da América Latina. Assim, os Latin Americanists ficavam obrigados a levar em conta a História dos Estados Unidos, mas os “US historians” não se sentiam especialmente obrigados a incluir a América Latina na construção das suas

problemáticas historiográficas—uma receita infalível para marginalização na academia norte-americana. Mas a nova direção da historiografia das relações interamericanas tem sua contrapartida na literatura norte-americana que leva cada vez mais a sério a idéia de William Appleman Williams, que identificou “Império” como um “modo de viver” para os norte-americanos. Por isso, o livro *Close Encounters of Empire* tem seu gêmeo fraterno na coletânea *Cultures of United States Imperialism*, que trata de temas bastante parecidos, mas com maior atenção às repercussões dos encontros culturais para os Estados Unidos.¹⁶

Entre as várias influências na historiografia das relações interamericanas que se renderam a esta nova tendência interpretativa, gostaria de destacar a nova historiografia do colonialismo europeu e das sociedades pós-coloniais. Já virou “senso comum” entre os historiadores da Inglaterra ou da França que a história “doméstica” destes países é inseparável da história dos seus “impérios”.¹⁷ E os estudiosos do discurso colonial/pós-colonial (entre eles, a “Escola dos Estudos Subalternos”, oriunda do Subcontinente) têm renovado as pesquisas na área, insistindo na desconstrução do binômio “colonizado/colonizador” construído pelo discurso colonial (junto com “civilizado/bárbaro,” ativo/passivo, racional/irracional, e assim por diante).¹⁸ Entendo perfeitamente bem que esta estratégia intelectual não pretende contestar ou esconder as desigualdades de poder, nem a existência de formas de dominação e exploração. A intenção é reconhecer que as redes de poder eram mais complicadas e instáveis do que este binômio implica, é insistir que a posição subjetiva dos participantes no projeto imperialista não era tão fixa e distinta, e que, culturalmente, em vez de categorias opostas, o imperialismo produzia uma identidade híbrida entre os supostos sujeitos coloniais. Mas existe o risco, tra-

¹⁵ Um bom exemplo deste último é Nancy L. Stepan, *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America* (Ithaca: Cornell U. Press, 1991).

¹⁶ Amy Kaplan and Donald E. Pease, eds., *Cultures of United States Imperialism* (Durham, NC: Duke U. Press, 1993); veja especialmente Amy Kaplan, “Left Alone with America: The Absence of Empire in the Study of American Culture,” 3-21.

¹⁷ Catherine Hall, ed., *Cultures of Empire: Colonizers in Britain and the Empire in the 19th and 20th Centuries* (New York: Routledge, 2000); Frederick Cooper and Ann L. Stoler, eds., *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World* (Berkeley: U. of California Press, 1997).

¹⁸ Veja, por exemplo, Gyan Prakash, “Introduction” a Prakash, ed., *After Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements* (Princeton: Princeton U. Press, 1995), 3-17.



balhando dentro desta abordagem, de perder de vista justamente a questão da desigualdade de poder, tanto no passado como no presente.

Acho este risco ainda maior no caso dos estudos das relações interamericanas. No mínimo, as elites britânicas e francesas reconhecem sua história de colonialismo, de racismo e de exploração em nome de um projeto “civilizado”. Isto não quer dizer que havia uma ruptura limpa e completa entre o colonialismo e o ordem pós-colonial. Pelo contrário, um dos argumentos básicos da teoria pós-colonial é que a descolonização é sempre incompleta, e aspectos do conhecimento colonial continuam estruturando o discurso nacional apesar da independência formal. Mas este último processo pelo menos oferece uma reconhecida marca histórica para indicar o fim do imperialismo “formal”. Em contraste, a memória coletiva nos Estados Unidos (tanto a oficial como a popular) não aceita tranqüilamente a “realidade” do imperialismo norte-americano. Existe ainda um forte discurso de “interferimos porque não havia outra opção”, o que está especialmente evidente na política do “Plan Colômbia” (e ainda mais, além das Américas, na guerra contra o Iraque). Neste contexto, a nova direção historiográfica, com sua tendência de obscurecer as categorias de dominador e dominado, e de privilegiar os “encontros culturais” em vez dos “conflitos políticos”, pode se prestar (sem querer) a um discurso histórico que acaba absolvendo os Estados Unidos da sua história sangrenta de intervenção e agressão. Afinal, o título do livro *Close Encounters of Empire*, tem suas próprias ambigüidades. Os organizadores preferem a palavra “encontro” por sua conotação de contato ou intercâmbio entre “iguais” (ou pelo menos por não pressupor superioridade e inferioridade nem ativa e passiva). Mas os encontros são “of Empire” —de Império— e esse é um conceito nitidamente imbricado em uma longa história de desigualdade de poder e de imposição (muitas vezes pelo uso da força) de um regime político, econômico e cultural determinado, no primeiro instante, pelo poder imperial. Para concluir, cabe-nos pensar se a palavra “encontro” não resultaria num tom de neutralidade que poderia obscurecer o freqüente uso e abuso do poder nas relações interamericanas.

REFERÊNCIAS

- BETHELL, Leslie e Ian Roxborough, (eds). *Latin American between the Second World War and the Cold War, 1944-1948*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1993.
- FINDLAY, Eileen Suárez. *Imposing Decency: The Politics of Sexuality and Race in Puerto Rico, 1870-1920*. Durham: Duke U. Press, 2000.
- GLEIJESES, Piero. *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954*. Princeton: Princeton U. Press, 1991.
- HALL, Catherine (ed). *Cultures of Empire: Colonizers in Britain and the Empire in the 19th and 20th Centuries*. New York: Routledge, 2000.
- HAYNES, Keith. “Capitalism and the Periodization of International Relations.” *Radical History Review* 57 (Fall 1993), 21-32.
- HEALY, David. *US Expansionism: The Imperialist Urge in the 1890s*. Madison: Wisconsin Press, 1970.
- HUNT, Michael H. *Ideology and US Foreign Policy*. New Haven: Yale U. Press, 1987.
- KAPLAN, Amy and Donald E. Pease (eds). *Cultures of United States Imperialism*. Durham, NC: Duke U. Press, 1993.
- KENWORTHY, Eldon. *America/Américas: Myth in the Making of US Policy toward Latin America*. University Park: Penn State U. Press, 1995.
- LARS, Schoultz. *Beneath the United States: A History of US Policy toward Latin America*. Cambridge: Harvard U. Press, 1998.
- LE GRAND, Catherine e Joseph Ricardo Salvatore (eds). *Close Encounters of Empire*. Durham: Duke U. Press, 1998.
- MARTÍ, José. *Our America: Writings on Latin America and the Struggle for Independence*. New York: Monthly Review Press, 1977.
- MORAN, Theodore H. *Multinational Corporations and the Politics of Dependence: Copper in Chile*. Princeton: Princeton U. Press, 1974.
- O’BRIEN, Thomas F. *The Revolutionary Mission: American Enterprise in Latin America, 1900-1945*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996.
- PRAKASH, Gyan (ed.). *After Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements*. Princeton: Princeton U. Press, 1995.
- PRATT, Mary Louise, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. New York: Routledge, 1992.



- ROORDA, Eric Paul. *The Dictator Next Door: The Good Neighbor Policy and the Trujillo Regime in the Dominican Republic, 1930-1945*. Durham: Duke U. Press, 1998.
- SCHWARTZ, Rosalie. *Pleasure Island: Tourism and Temptation in Cuba*. Lincoln: U. of Nebraska Press, 1997.
- SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle.: Dynamics of US-Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996.
- STEPAN, Nancy L. *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca: Cornell U. Press, 1991.
- STOLER, Ann L. e Frederick Cooper (eds). *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: U. of California Press, 1997.
- ZOLOV, Eric. *Refried Elvis: The Rise of the Mexican Counterculture*. Berkeley: U. of Calif. Press, 1999.

